

PRAZO IMPRORROGÁVEL

Max dá 5 dias para compor CPI



PABLO RODRIGO
DA REDAÇÃO

Após a Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa validar as assinaturas e rejeitar os pedidos de contestação do requerimento que criou a CPI

da Saúde para investigar suposto esquemas de fraude em licitações na Secretaria de de Estado de Saúde (SES), descoberto no âmbito da Operação Espelho, o presidente do Parlamento, Max Russi (PSB), decidiu conceder mais 5 dias, considerado improrrogáveis, para que 3 blocos parlamentares façam a indicações dos

membros titular e suplente para a Comissão de Parlamentar de Inquérito.

O anúncio foi feito por ele durante a sessão plenária de quarta-feira (25), após o deputado estadual Wilson Santos (PSD), autor do pedido de CPI cobrar que o próprio presidente indicasse os nomes, já que o regimento interno es-

tipula um prazo de 5 dias para o blocos fazerem a indicação.

Porém, Russi afirmou que existia questionamentos contra a CPI, e, após a validação, ele acha prudente dar mais um tempo para as comissões.

Até o momento apenas o bloco ‘Experiência e Trabalho’ composto pelos deputados Lúdio Cabral (PT), Valdir Barranco (PT, Wilson Santos (PSD) e Júlio Campos (União), e Bloco ‘Movimento Democrático Brasileiro’ com os deputados emedebistas Janaina Riva, Dr. João, Juca do Guaraná e Thiago Silva fizeram as indicações.

Wilson Santos foi indicado como titular e será o presidente da CPI, já que foi o autor do requerimento da CPI, e terá como suplente Lúdico Cabral. Já o MDB indicou a deputada Janaina como titular e Thiago Silva como suplente.

Já os blocos ‘Assembleia Forte e Democrática’ que tem o líder Dilmar Dal Bosco (União) como co-

ordenado, ‘Parlamentares Unidos’ comandado pelo deputado Dr. Eugênio (PSB), e ‘Avante Mato Grosso’ tendo Beto Dois a Um (PSB) como coordenador, ainda não indicaram

A CPI da Saúde investigará as irregularidades na saúde do Estado durante a pandemia da covid-19 e que foram descobertos pela Operação Espelho da Polícia Civil.

REQUERIMENTO

Também circula na Assembleia um requerimento para a instalação de uma nova CPI para investigar uma negociação irregular com a operadora OI, que terminou num acordo de R\$ 308 milhões.

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) confirmou que assinou o requerimento, mas não quis dar detalhes de quem está articulando o movimento para apurar se o governo Mauro Mendes cometeu eventual irregularidade no acordo.



Presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), ofereceu um prazo de 5 dias para que 3 blocos parlamentares apresentem nomes de membros

Gilberto Leite/AL-MT

CAOS EM OBRAS

Sérgio Ricardo cita falta de preparo

Fred Moraes
DA REDAÇÃO DO GD

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE -MT), Sérgio Ricardo, fez duras críticas ao governo estadual, onde acusa falta de planejamento e define como um ‘caos total’ o andamento das obras do Bus Rapid Transit (BRT) na Capital. Com as fortes chuvas que atingem a cidade nas últimas semanas, alagamentos têm sido registrados em importantes vias e os trabalhos foram interrompidos em diversos trechos críticos que ‘estrangulam’ o trânsito, situação que, segundo o conselheiro, evidencia falta de planejamento.

O conselheiro ainda



Gilberto Leite/AL-MT

ressaltou que o Tribunal de Contas segue acompanhando a execução do empreendimento e reforçou que o período chuvoso nos primeiros meses de todos os anos é situação climática previsível em Mato Grosso, devendo ser sempre considerado no cronograma de obras públicas. Para ele, essa situação evidencia falta de preparo do go-

verno estadual.

“O governo não se preparou, tanto que, para o início das obras do BRT não havia um projeto. Então sim, se atrapalhou. O planejamento foi mal feito, previsões mal feitas. Não adianta, tudo em Mato Grosso que se for fazer em termos de obras tem que levar em consideração o período de chuvas”, acrescentou.

Atualmente um dos trechos mais importantes que corta a capital na avenida Tenente-Coronel Duarte, a Prainha, no centro de Cuiabá, está totalmente interditado em razão das obras de implantação do Bus Rapid Transit (BRT). A interdição é devido aos trabalhos de correção do sistema de drenagem e das erosões que já existiam embaixo do asfalto.



Em visita na Assembleia Legislativa, presidente do TCE, Sérgio Ricardo, criticou o planejamento do governo com relação ao BRT

Deputado estadual Eduardo Botelho diz que União Brasil conta com a vereadora Michelly Alencar para disputar vaga na Assembleia



‘TEM POTENCIAL’

Botelho é contra dispensar Michelly

Fernanda Calazans
DA REDAÇÃO

O entrave em torno da liberação da vereadora Michelly Alencar do União Brasil segue sem uma perspectiva de solução. Ao mesmo tempo que a parlamentar não dá indícios de uma mudança de ideia em permanecer na sigla, os deputados estaduais do partido não pretendem aderir a liberação da vereadora, mas reforçaram que uma reunião deve discutir esse assunto na próxima semana. Sem ser acionada e nem procurada para um diálogo, Michelly continua aguardando um posicionamento oficial do partido. Caso não consiga a carta de anuência, a parlamentar terá a possibilidade de entrar com uma judicialização no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT).

‘Ela está trabalhando dentro do partido, nós estamos disponibilizando vaga para ela. Ela é muito querida dentro do partido. Nós consideramos ela como uma das possíveis eleitas sendo candidata, o potencial dela é muito grande. Então, nós contamos com ela como deputada’, ressaltou o deputado estadual

Eduardo Botelho (União), que foi categórico em afirmar ser contra a dispensa de Michelly.

Ao almejar uma cadeira como na Assembleia Legislativa, a vereadora já afirmou em outro momentos ter uma concorrência injusta com grandes nomes dentro da sigla, com histórico mais extenso na política, como é o caso do próprio Botelho, Júlio Campos, Sebastião Rezende e Dilmar Dal Bosco, que pretendem se reeleger. Botelho, por sua vez, minimizou o argumento. ‘Ela está pedindo para sair não é por falta de espaço, não é por falta de nada. Simplesmente porque ela acha que vai ser uma luta difícil, mas isso vai ser em todo lugar’, expôs.

Nesta semana, outros nomes da sigla se pronunciaram. A deputada federal Gisela Simona aderiu a um discurso mais neutro, de que a decisão de liberar ou não partiria do governador e presidente do diretório estadual, Mauro Mendes. Já a posição do secretário-geral do União, deputado Dilmar foi que desconhece qualquer possibilidade de dispensa e de que ninguém havia trazido à mesa essa possibilidade.



Angelo Varela/AL-MT

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS SEÇÃO MATO GROSSO
ABCD-MT CNPJ nº 05.841.301/0001-61

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho Eleitoral – CEL da Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os associados efetivos e quites com suas mensalidades associativas, para a Assembleia Geral Ordinária destinada à realização das eleições para Presidente e Vice-Presidentes da ABCD Nacional, Presidente e Vice-Presidentes, Tesoureiro e Secretário das Seções e Regionais, membros para compor o Conselho Nacional de Representantes – CNR, relativas ao triênio 2026–2029, a realizar-se em 27 de maio de 2026, na sede da Seção (ou Regional) localizada na Av. Aclimação, 56, Bairro Bosque da Saúde - Cuiabá-MT. O registro das candidaturas deverá ser efetuado por meio de requerimento próprio, em 02 duas) vias, até as 18 horas do dia 28 de março de 2026, observadas as condições de elegibilidade previstas no art. 25, inciso I, alíneas “a” a “d”, e inciso II, alíneas “a” e “b”, do Estatuto Social. Os requerimentos deverão ser protocolados na Secretaria da ABCD Nacional, para os cargos da Diretoria Nacional, e nas Secretarias das respectivas Seções e Regionais para os cargos locais, devendo a primeira via ser encaminhada à ABCD Nacional dentro do prazo estabelecido, sob pena de indeferimento.

Cuiabá/MT, 25 de fevereiro de 2026.

Airton Gottardo
Presidente do Conselho Eleitoral